

### Ata da Assembleia Geral n.º 06/2022

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2022, pelas dez horas e trinta minutos, na sede social sita na Praça da Portagem, em Almada, reuniu a Assembleia Geral da Infraestruturas de Portugal, S.A., matriculada na Conservatória do Registo Comercial, com o número único de matrícula e de pessoa coletiva 503933813, com o capital social de 10.612.670.000,00€, totalmente realizado. --- Dirigiu os trabalhos o Senhor Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão (CMF-CGS), Dr. José Emílio Coutinho Castel-Branco, em substituição do Senhor Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Paulo Miguel Garcês Ventura, por ausência devidamente justificada, coadjuvado pela Secretária, em substituição, Senhora Dra. Luísa Maria do Rosário Roque que representou igualmente o acionista Estado, detentor da totalidade do capital social, a quem foram conferidos os poderes necessários para intervir, deliberar e votar nesta Assembleia de acordo com o Despacho assinado pela Senhora Diretora-Geral do Tesouro e Finanças em 2022-08-26, Dr<sup>a</sup> Maria João Dias Pessoa de Araújo, que fica arquivado na Sociedade, por ausência da Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Dra. Maria Isabel Louro Caria Alcobia. -----

Estavam igualmente presentes os seguintes membros do Conselho de Administração Executivo (CAE): Senhores Vice-Presidentes, Dr. José Saturnino Sul Serrano Gordo e Eng.º Carlos Alberto João Fernandes e as Senhoras Vogais, Eng.<sup>a</sup> Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira e Dr<sup>a</sup> Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa. -----

Participaram da reunião, através de videoconferência, o Senhor Vogal do CAE, Dr. Alberto Manuel de Almeida Diogo e o Senhor Vogal da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão, Professor Doutor Duarte Manuel Ivens Pitta-Ferraz. -----

Encontravam-se ainda presentes o Senhor Dr. Vítor Almeida, como representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Vítor Almeida & Associados e o Senhor Dr. António Carvalho Barros, em representação do auditor externo BDO & Associados, SROC, Lda., o qual teve autorização do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para participar na Assembleia. -----

Foi assinada a Lista de Presenças elaborada nos termos do n.º 2 do artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais, que fica arquivada na Sociedade de acordo com a disposição constante do n.º 4 do mencionado artigo. -----

Estando assegurada a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 6 do artigo 377.º do Código das Sociedades Comerciais, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou aberta a sessão, informando que a mesma foi regularmente convocada nos termos dos artigos 376.º e 377.º do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1.º Deliberar sobre os documentos de prestação de contas separadas e consolidadas do exercício findo de 2020, incluindo os Relatórios de Gestão e do Governo Societário, bem como sobre o relatório anual de atividades do Conselho Geral e de Supervisão. -----

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2020. -----

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade. -----

4.º Deliberar sobre os documentos de prestação de contas separadas e consolidadas do exercício findo de 2021, incluindo os Relatórios de Gestão e do Governo Societário, bem como sobre o relatório anual de atividades do Conselho Geral e de Supervisão. -----

5.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2021. -----

6.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade. -----

7.º Proceder à eleição dos órgãos sociais para o triénio 2022-2024. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração Executivo em exercício, Dr. José Serrano Gordo, que agradeceu, o qual saudou todos os participantes da Assembleia na pessoa do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

De seguida referiu que, em caso de acordo do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, faria uma breve apresentação do que foi a atividade da Empresa em 2020 e 2021, de forma mais genérica, e o Senhor Vogal do CAE Dr. Alberto Diogo, com o pelouro da área financeira, faria a



apresentação mais detalhada das contas dos exercícios de 2020-2021, metodologia a que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu o seu acordo. -----

No uso da palavra, o Senhor Dr. José Serrano Gordo referiu que os anos de 2020 e 2021 tinham, na performance da IP, sido muito marcados pela pandemia de COVID 19 e nesse sentido algo simétricos. -----

Com efeito a grande redução de procura em 2020 comparado com 2019, provocou uma grande quebra de receitas, seja ao nível das Portagens, por redução de tráfego, seja ao nível da CSR por redução do consumo de combustíveis. Simetricamente, e apesar de continuarmos em situação pandémica, o aliviar das medidas de confinamento em 2021, tiveram como consequência, quando comparado com 2020, um aumento da procura, o que se refletiu em movimentos contrários aos anteriormente descritos. -----

Assim, tal como em 2020 a quebra de receitas se refletiu diretamente na redução dos resultados operacionais e a IP apurou, pela primeira vez, um EBITDA negativo, em 2021 o incremento já referido trouxe um aumento dos resultados operacionais e o regresso ao EBITDA positivo.-----

A aprovação pela Assembleia da República, em 2021, de uma redução significativa nas portagens em algumas autoestradas concessionadas e subconcessionadas, irá, enquanto se mantiver, ter um efeito de redução das receitas de portagem da IP com algum significado e que terá impacto nos resultados financeiros futuros.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Vogal do CAE, Dr. Alberto Diogo, o qual fez uma breve apresentação das contas dos exercícios de 2020 e 2021, tendo, designadamente, destacado:-----

- que a IP apresenta um resultado líquido negativo de -56M€ em 2020 e positivo de +14M€ em 2021, que compara com um resultado líquido positivo de +20M€ registado em igual período de 2019;-----
- Quebra nas Prestações de Serviços de -298M€ em 2020, face a dezembro de 2019, das quais -134M€ relativos à CSR (-117,5M€), Portagens Vias IP (-9 M€) e Tarifa Ferroviária (-7,5M€), apresentam impacto direto em resultados;-----
- Recuperação das Prestações de Serviços, com impacto direto em resultados, em +63M€ em 2021 face a 2020, sendo relativos a CSR (+52M€), Portagens Vias IP (+6M€), Tarifa Ferroviária (+4M€) e Concedente rédito ILD-Ferrovia (+4M€), compensados pela diminuição de 3M€ em rubricas diversas;-----
- O Resultado Operacional de 2020 atingiu os 209M€, o que representa uma variação de -32% ou -98M€ face a 2019, tendo como principais contributos a variação negativa das prestações de serviços de cerca de -134M€, sendo que em 2021 o Resultado Operacional foi de 246M€, registando assim um acréscimo de cerca de +37M€, face ao período homólogo de 2020;-----
- Verificou-se em 2020 a recuperação da dívida referente a operadores ferroviários, destacando-se em dezembro, o recebimento do montante de 24M€ da CP, EPE e a celebração de acordos de pagamento com a FERTAGUS e a TAKARGO. Já em 2021 registou-se um aumento de cerca de 6M€, com destaque para o acréscimo da dívida da CP (+20M€);-----
- Aumentos do investimento rodoferroviário em 66M€ em 2020 e 44M€ em 2021;-----
- O capital social aumentou 1.054M€ em 2020 (183M€ para cobertura do serviço da dívida) e 1.613M€ em 2021 (722M€ para cobertura do serviço da dívida);-----
- A dívida financeira ascendia a 4.784,8M€ e 4.145M€ no final de 2020 e 2021 respetivamente (5.019,3M€ em 2019) refletindo principalmente a amortização do Eurobond 0621 (500M€/2021), a operação de compensação do Ativo Concedente-Estado com os empréstimos do Estado afetos à ferrovia (144,8M€/2020 e 11M€/2021) e as amortizações dos empréstimos contraídos junto do BEI (89,7M€/2020 e 129M€/2021). Os empréstimos do Estado afetos à atividade rodoviária foram objeto de nova moratória, mantendo-se assim este stock de dívida inalterado. -----

Finda a apresentação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a apresentação do Conselho de Administração Executivo e, tendo dado a palavra aos presentes, o Senhor Vogal da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão, Senhor Professor Doutor Duarte Pitta-Ferraz agradeceu e fez uso da mesma, tendo saudado todos os presentes. --



Começou por agradecer todos os órgãos sociais e particularmente o Revisor Oficial de Contas, na pessoa do Senhor Dr. Vítor Almeida e o Auditor Externo, na pessoa do Senhor Dr. António Carvalho Barros e o Conselho de Administração Executivo, tendo referido também o então Presidente Senhor Eng.º António Laranjo, pela forma como exerceu, nos vários anos do seu mandato, de forma transparente, pronta e intensa cooperação com a CMF-CGS, tendo ainda registado e agradecido a grande colaboração recebida do Presidente do CAE em exercício, Dr. José Serrano Gordo, na sequência de muitas interações havidas com a CMF-CGS.-----

Agradeceu ainda o Senhor Vogal Dr. Alberto Diogo, na qualidade de CFO, por todo o apoio recebido ao longo do tempo bem como a Diretora de Finanças e Mercados, Dr.ª Maria do Carmo Ferreira, que interage mais diretamente com os Auditores Externos, com grande sentido de ajuda e disponibilidade no desenvolvimento dos trabalhos.-----

A seguir, tendo dado a palavra aos presentes e ninguém querendo fazer uso dela, o Senhor Dr. José Emílio Castel-Branco, na qualidade de Presidente da CMF-CGS referiu, ainda, que deve ser reconhecido e agradeceu o trabalho dos órgãos sociais e de toda a estrutura da IP, S.A. que mais diretamente trabalham com a CMF-CGS.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu as exposições sobre os factos relevantes ocorridos em 2020, deu a palavra à representante do acionista Estado, Senhora Dr.ª Luisa Maria do Rosário Roque, que votou favoravelmente a aprovação do ponto um da ordem e trabalhos no sentido da aprovação dos documentos de prestação de contas separadas e consolidadas do exercício de 2020, incluindo os relatórios de gestão e do governo societário, atentas as Certificações Legais das Contas, os relatórios do auditor externo, e as ênfases neles expressas, o parecer favorável do Conselho Geral e de Supervisão, e o Relatório de Análise n.º 96/2021, de 30.04.2021, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), e subsequente ofício n.º 145/UTAM/2021, de 07.05.2021, bem como do relatório anual de atividades do Conselho Geral e de Supervisão referente a 2020.-----

O Senhor Presidente da Mesa passou ao segundo ponto da ordem de trabalhos – proposta de aplicação de resultados do exercício de 2020, no montante de 56.199.361,92€.-----

A representante do acionista, Senhora Dr.ª Luisa Maria do Rosário Roque, votou favoravelmente a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido do resultado líquido negativo apurado no exercício de 2020, no montante de -56.199.361,92€, ser aplicado em Resultados Acumulados.-----

Entrando no ponto três da ordem de trabalhos, e nenhum dos membros dos órgãos sociais desejando usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à representante do acionista que propôs e votou favoravelmente, nos termos do artigo 455.º e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, um voto de apreço no Conselho de Administração, no órgão de fiscalização e em cada um dos seus membros pela atividade desempenhada no exercício de 2020.-----

Passando ao ponto quatro da ordem de trabalhos, e tendo o Presidente da Mesa da Assembleia dado a palavra ao Conselho de Administração Executivo, o Senhor Dr. José Serrano Gordo referiu que tendo em conta que as contas do exercício de 2021 haviam sido apresentadas pelo Senhor Vogal Dr. Alberto Diogo conjunta e comparativamente com o exercício de 2020, solicitou ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, com o acordo do Senhor Vogal Dr. Alberto Diogo, que dispensasse nova apresentação.-----

Tendo dado a palavra aos presentes sobre esta proposta, o Senhor Vogal da CFM-CGS, Senhor Professor Doutor Pitta-Ferraz referiu que nada havia a acrescentar tendo o Senhor Dr. Emílio Castel-Branco, na qualidade de Presidente da CMF-CGS realçado o retorno aos resultados positivos em 2021, o que é de louvar.-----

Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, de seguida, deu a palavra à representante do acionista Estado, Senhora Dr.ª Luisa Maria do Rosário Roque, que votou favoravelmente a aprovação dos documentos de prestação de contas separadas e consolidadas do exercício de 2021, incluindo os relatórios de gestão e do governo societário, atentas as Certificações Legais das Contas, os relatórios do auditor externo, e as ênfases neles expressas, o parecer favorável do Conselho Geral e de Supervisão e o Relatório de

Análise n.º 124/2022, de 06.05.2022, da UTAM bem como do relatório anual de atividades do Conselho Geral e de Supervisão referente a 2021.-----

Recomendou a representante do acionista à IP, S.A. que diligencie no sentido de incluir nos documentos de prestação de contas de 2022 as demonstrações orçamentais de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.-----

De seguida o Senhor Vice-Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, tendo o Senhor Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, Dr. José Serrano Gordo referido que o Conselho de Administração tomou boa nota da recomendação do acionista e irá dar cumprimento à mesma, em 2022, agradecendo ainda a confiança que o acionista deposita no Conselho de Administração.-----

Agradeceu ainda ao Senhor Presidente e Vogal da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral de Supervisão por todo o acompanhamento que têm feito na atividade da Empresa, bem como ao Revisor Oficial de Contas e ao Auditor Externo, mantendo-se o Conselho de Administração Executivo sempre disponível para quaisquer esclarecimentos considerados oportunos.-----

O Senhor Presidente da Mesa passou ao quinto ponto da ordem de trabalhos – proposta de aplicação de resultados do exercício de 2021, no montante de 13.532.696,33€.-----

A representante do acionista, Senhora Dr.ª Luisa Maria do Rosário Roque, votou favoravelmente a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido do resultado líquido apurado no exercício de 2021, no montante de 13.532.696,33€, ser aplicado em Resultados Acumulados.-----

Entrando no sexto ponto da ordem de trabalhos, e nenhum dos membros dos órgãos sociais desejando usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à representante do acionista que propôs e votou favoravelmente, nos termos do artigo 455.º e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, um voto de apreço no Conselho de Administração, no órgão de fiscalização e em cada um dos seus membros pela atividade desempenhada no exercício de 2021.-----

Entrando no sétimo ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra à representante do acionista que propôs e votou favoravelmente a eleição do Conselho de Administração para o mandato 2022-2024:-----

Presidente: Miguel Jorge de Campos Cruz-----

Vice-Presidente: Carlos Alberto João Fernandes-----

Vice-Presidente: Maria Amália Freire de Almeida-----

Vogal Executivo: Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira-----

Vogal Executivo: Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa-----

Vogal Executivo: Ana Isabel Mota da Silva Coelho — tem a competência prevista no n.º 4 do artigo 31.º do RJSPE.-----

Nos termos do artigo 28.º do EGP e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, fixa-se o estatuto remuneratório, tendo em consideração que a IP, S.A. se encontra classificada como nível "A":-----

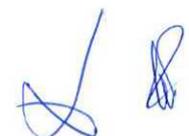
Presidente: Valor mensal líquido de 5.791,58€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 2.316,63€, pago 12 vezes por ano;-----

Vice-Presidentes: Valor mensal líquido de 5.212,42€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 2.084,97€, pago 12 vezes por ano;-----

Vogais Executivos: Valor mensal líquido de 4.633,26€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.853,31€, pago 12 vezes por ano.-----

Os membros executivos do Conselho de Administração usufruem, ainda, das seguintes regalias ou benefícios sociais:-----

a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa, com exceção dos respeitantes a planos complementares de reforma, aposentação, sobrevivência ou invalidez;-----



b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço no montante de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;-----

c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00€, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público. -----

Não é permitida: -----

a) A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e -----

b) O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.-----

Ao estatuto remuneratório dos membros do Conselho de Administração ora eleitos são aplicáveis as disposições legalmente vigentes que o tomem por objeto. -----

É autorizada a acumulação de funções por parte do Presidente do Conselho de Administração Executivo agora eleito, Miguel Jorge de Campos Cruz, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º do EGP, para o exercício da atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público, devendo a acumulação de funções ora autorizada ser exercida em horário e de forma a não colidir com o exercício de funções executivas enquanto membro do Conselho de Administração. -----

Por último, a representante do acionista propôs e votou favoravelmente que a eleição dos demais órgãos sociais seja objeto de decisão posterior através de Deliberação Social Unânime por Escrito. No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu aos que cessam funções, Dr. José Serrano Gordo e Dr. Alberto Diogo, destacando, nomeadamente, a entrega e empenho de ambos para o crescimento e desenvolvimento da IP, S.A., empresa resultante da fusão, por incorporação, da EP – Estradas de Portugal, S.A., na Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE.-----

No uso da palavra, o Senhor Dr. José Serrano Gordo enalteceu a forma transparente e profícua como os trabalhos foram desenvolvidos com os órgãos sociais, a excelente relação que manteve com todos os colegas das Administrações ao longo dos dez anos em que foi eleito para os diversos Conselhos de Administração. -----

Estes anos foram muito marcados pela fusão que criou a IP e expressou o muito orgulho em ter feito parte da equipa que a planeou e executou. Foi e continua a ser um desafio enorme e para além das expectativas que tinha quando se planeou a mesma. -----

Finalmente, expressou agradecimento ao Senhor Eng.º António Laranjo, Presidente do Conselho de Administração até final de 2021, que soube construir uma equipa diversa e plural, apesar dos desafios que tivemos de enfrentar. -----

De seguida, o Senhor Dr. Alberto Diogo referiu os dez exigentes e intensos anos como gestor, da REFER, EPE e da IP, S.A., marcados pela intervenção da Troika, pela fusão de duas grandes empresas, REFER, EPE e EP - Estradas de Portugal, S.A., que deram origem à Infraestruturas de Portugal, bem como pelos ambiciosos programas de investimento em curso. Agradeceu ainda a colaboração dos colegas de Conselho, de todos os órgãos sociais e de toda a estrutura da empresa.-----

Finalmente, o Senhor Dr. José Emílio Castel-Branco, no uso da palavra referiu o privilégio que teve em primeiro lugar de acompanhar a REFER, EPE e a EP-Estradas de Portugal, S.A. e posteriormente a IP, S.A., desejando aos membros do CAE cessantes e aos membros ora eleitos sucesso profissional.-----

Nada mais havendo a tratar e nenhum dos presentes querendo fazer uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a colaboração de todos tendo encerrado a Assembleia pelas onze horas e quarenta e cinco minutos. -----





---

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em substituição  
José Emilio Coutinho Castel-Branco



---

A Secretária da Mesa da Assembleia Geral, em substituição  
(Luísa Maria do Rosário Roque)